



Sustentabilidade
em Debate

Quantitative Eco-nomics: How sustainable are our economies?

by Peter Bartelmus.

James Augusto Pires Tiburcio

Doutorando, Centro de Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília. jtiburcio@unb.br
jamestiburcio@yahoo.com

Recebido em 10.10.2011

Aceito em 03.12.2011

RESENHA

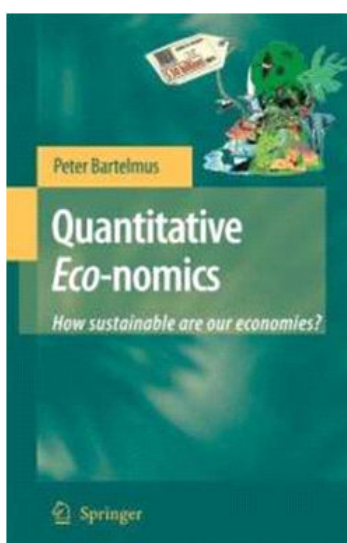
BARTELMUS, Peter. *Quantitative Eco-nomics: How sustainable are our economies?* Dordrecht Springer Science Business Media B.V. 2008. 329 p. Anexos, referências bibliográficas, índice remissivo, ilustrações coloridas. ISBN 978-1-402069666.

Mensurando um conceito

Este novo livro de Peter Bartelmus é uma instigante incursão no mundo econômico da mensuração da sustentabilidade. Alemão, professor da Bergische Universität Wuppertal, Alemanha, professor visitante da Universidade de Columbia, Estados Unidos, e anteriormente chefe do Programa Estatístico para o Meio Ambiente, Energia e Indústria da Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas (UNSD) e atuante no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o autor é um estudioso conhecido e reconhecido como o estatístico do desenvolvimento sus-

tentável. Entre os vários livros de Bartelmus sobre o mesmo tema, há o pioneiro *Environment and Development* (1986), aos quais seguiram *Environment, Growth and Development: The Concepts and Strategies of Sustainability* (1994), *Unveiling wealth: on money, quality of life, and sustainability* (2002) e *Sustainability Economics: An Introduction*, a ser lançado em 2012. Além dos livros, ele tem vasta obra em artigos, trabalhos coletivos e dezenas de contribuições a projetos de pesquisa de organizações internacionais, institutos de pesquisa e organizações não governamentais.

A obra de Bartelmus se une às de muitos outros. Posso enumerar o *National Round Table on the Environment and the Economy* (NR-TEE) do governo do Canadá; o trabalho coletivo



patrocinado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), (2004); o autor Thaddeus C. Trzyna (1995), por meio da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), além dos estudos de Wackernagel e Rees, 1996. Outros pensadores com obras essenciais na área incluem Partha Dasgupta (1999, 2005, 2007, 2010), Prescott-Allen (1997, 1999, 2001), T. M. Parris e R. W. Kates (2003), e D. D. Moran et al. (2008).

Para o autor, *eco-nomics* é a análise quantitativa da sustentabilidade ambiental, feita tanto com ferramentas da economia do meio ambiente quanto da economia ecológica. Inspirado inicialmente pela II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, o pesquisador começou a explorar o paradigma do desenvolvimento sustentável do ponto de vista de um economista.

Nesta obra de síntese de seus principais trabalhos sobre o termo cunhado por Postel (1990), *eco-nomics*, Bartelmus se propõe a avaliar dois aspectos: primeiro, a sustentabilidade ambiental do desempenho econômico e do crescimento e, segundo, a dicotomia persistente da interface “economia – meioambiente”. O seu objetivo é, também, fornecer estrutura e perspectiva por meio da análise quantitativa comparativa, já que para Bartelmus, o debate em torno do desenvolvimento sustentável se caracteriza por agendas políticas, alarde midiático e dramatização de questões políticas e sociais selecionadas.

O contexto do livro se encontra naquilo que é compartilhado pela maioria dos que buscam medir o desenvolvimento sustentável. Para esta linhagem disciplinar em formação, o desenvolvimento sustentável é formulado, elaborado, interpretado e debatido com desenvoltura. No entanto, para ser implantado por tomadores de decisão políticos, lhe falta mensuração estatística científica confiável, isto é, informações comparáveis.

Falta, afirmam eles, informação sobre tendências e pontos de pressão, sobre o *status* atual em relação à sustentabilidade, sobre os impactos ou efeitos de políticas públicas ou intervenções, sobre marcos ou fracassos que frustram o progresso do conceito. As decisões precisam de *feedback* para identificação dos ajustes necessários para acelerar ou desacelerar os efeitos das intervenções. Atualmente, não há modelos que forneçam tais informações para um desenvolvimento sustentável (M. K. A. el-Seoud e T. M. Khalil, 2004, p. 514).

O livro está dividido em 5 partes. A parte 1 tem o propósito de identificar os problemas ambientais e discutir a relevância e imbricações deles com aquilo que a ciência econômica em seu estágio atual pode mensurar. Nesta parte inicial o autor também discute o objeto da pesquisa do livro, a praticidade do conceito desenvolvimento sustentável.

As duas partes que seguem tratam do foco do texto. A parte 2 apresenta as ferramentas de avaliação física que, segundo Bartelmus, são as preferidas dos ambientalistas que buscam evidências dos impactos ambientais no ecossistema. A parte 3 aborda as várias tentativas de incluir a dimensão ecossistêmica na contabilidade social ou nacional convencional. Ressalta a necessidade de medir a sustentabilidade econômica em termos de manutenção de capital natural e produzido. Na sequência, a parte 4 passa em revista a modelagem de tendências ambientais, limites e conjunturas políticas. A pergunta de pesquisa que norteia esta parte é se os tomadores de decisão deveriam depender de dados mais objetivos ou usar os filtros de modelos carregados de suposições, mas direcionados às políticas. As conclusões se encontram na parte 5, que revisa as estratégias e considera os instrumentos de políticas públicas em relação à praticidade na obtenção de sustentabilidade ecológica e econômica. Nesta parte, as questões levantadas na parte inicial

são revistas, desta feita sob o prisma da globalização.

Entre os trechos mais interessantes e amigáveis ao leitor não especialista está o Capítulo 2 da primeira parte, que trata das relações da ciência econômica com a mensuração do meio ambiente e a sua luta para se manter relevante ante as crescentes evidências de sua incapacidade de explicar corretamente a realidade a partir de modelos matemáticos alienados. Bartelmus volta aos esforços de von Carlowitz (1713), Quesnay (1759) – autor da primeira tentativa sistemática quantitativa de harmonizar o poder da natureza com a administração das riquezas da nação – passando por Darwin (1859), Haeckel (1866), Marx (1894), Pigou (1920), Keynes (1936), Kapp (1950), e outros tantos mais contemporâneos. Já a partir do Capítulo 3 da mesma parte, o autor perde um pouco o leitor na tentativa de encontrar uma definição operacional de desenvolvimento sustentável e ao enumerar e dissecar cada uma das abordagens de mensuração existentes.

A tese central, explicada principalmente no Capítulo 3 da primeira parte, foi tratada pelo autor em outros trabalhos: o termo desenvolvimento sustentável passou de seu prazo de validade e deve ser substituído o quanto antes por algo menos vago e que seja passível de mensuração. Para ele, o termo representa um conceito que permanece, mesmo após quase 30 anos de exaustivas pesquisas, imensurável, incompreensível e incomparável. O autor deixa claro logo na primeira página do prefácio que não está a afirmar que apenas o mensurável é administrável, mas que acredita que fatos e dados contribuam para uma melhor administração (da relação ‘humanidade – meio ambiente’). Para piorar, a apropriação da sustentabilidade pelos “profetas do apocalipse” apenas ajudou a obscurecer o significado da multidão de indicadores que apontariam de modo inequívoco

para a chegada do fim. As muitas tentativas envidadas de medição da ausência de sustentabilidade do crescimento econômico não resultaram em conclusões claras e inequívocas sobre os problemas ambientais. Pelo contrário, evidenciou as convicções ocultas que parecem motivar os argumentos moralistas e normativos de ambientalistas tendenciosos que incessantemente procuram pintar um quadro sombrio oriundo da participação humana nos problemas ambientais do planeta Terra.

Bartelmus sustenta que não existe na ciência contemporânea um caminho exequível para o desenvolvimento sustentável. Após terem alcançado algum sucesso no controle de poluição local, governos, organizações internacionais e grandes grupos empresariais forçaram o foco dos países industrializados para preocupações globais remotas, à custa de problemas sociais e condições ambientais crescentemente piores em países em desenvolvimento. A presunção por trás desta virada se encontra na crença de que a transição em andamento para uma sociedade de serviços desmaterializada limitará as consequências dos problemas ambientais atuais, por si mesma (a Hipótese da Curva Ambiental de Kuznets explicada detalhadamente no Capítulo 11, parte 4). Ao embasar a acusação acima, o autor afirma haver apenas quatro possibilidades para que a humanidade se esquive do dilema da operacionalidade do conceito desenvolvimento sustentável *versus* abrangência em cobrir simultaneamente todas as dimensões de um desenvolvimento sustentável ideal.

A primeira opção seria atingir algum grau de operacionalidade do conceito focando no crescimento econômico convencional e deixando de lado as questões socioambientais e outras questões não econômicas para políticas e análises separadas. Tal opção, no entanto, ignora a interação do crescimento econômico com outros objetivos

sociais e ambientais e perpetua a visão convencional do desenvolvimento econômico orientado para o crescimento.

A segunda escolhe a implantação da noção normativa da sustentabilidade em termos de restrições impostas à atividade econômica por meio de acordos políticos. Um desenvolvimento sustentável seria alcançado a partir do processo político. Esta possibilidade carece, principalmente, de uma teoria ou modelo unificador para a sua operacionalização. Chegaria a ser 'moralmente repulsiva', já que limitaria o crescimento econômico dos países pobres em nome das preferências imponderáveis das gerações futuras.

Em terceiro lugar, aponta Bartelmus, existe a possibilidade de contornar políticas públicas para o meio ambiente de abrangência nacional, e priorizar iniciativas em nível local. Priorizar atividades comunitárias e locais do eco desenvolvimento tem um viés claramente escapista, já que fortalece o regionalismo em detrimento do nacional. Além disso, o sistema contemporâneo de Estados, baseado em Estados-nações soberanos, não dá indicações de mudanças. O autor afirma ainda que um modelo baseado em iniciativas comunitárias que eventualmente abrangeriam, por meio de redes sobrepostas, o globo, parece não ter lugar ao sol no contexto eco político mundial, que demanda soluções urgentes e globais.

Em último lugar – e aqui se encontra a principal contribuição do autor ao tema – vem a possibilidade de se alcançar uma harmonização entre a operacionalidade do conceito desenvolvimento sustentável *versus* a abrangência ao se integrar na análise econômica apenas aqueles temas não econômicos passíveis de definição e mensuração, de acordo com conceitos e indicadores econômicos operacionais. O conceito opaco de desenvolvimento econômico cumpriu a sua missão de alertar a humanidade das interdependências entre as

diferentes dimensões do desenvolvimento. As facetas esquivas e presas a juízos de valores do paradigma limitam o seu valor prático e analítico. Portanto, a ação pragmática a ser adotada perpassa a inclusão daqueles temas que podem ser definidos e mensurados em termos e conceitos do estado da arte da ciência econômica disponível.

A missão de vida a que Bartelmus se propõe é a de identificar aquelas questões ambientais que podem ser quantificadas de forma sistemática e cujas importâncias podem ser comparadas aos resultados da atividade econômica. Para estes, prega o autor, há menos dúvidas e melhor conhecimento sobre a mensuração da interação entre economia e meio ambiente do que sobre as interações entre a economia e outras questões políticas, éticas, culturais e sociais abarcadas pelo conceito difuso de desenvolvimento sustentável.

A leitura do texto é um tanto enfadonha. Mesmo tratando-se de um trabalho destinado a ser livro texto, o autor abusa de termos, formulações acadêmicas e repetições desnecessárias. Peca ao apresentar uma sucessão quase interminável de modelos que o autor acredita serem falhos e incompatíveis com as reais necessidades do tema.

O livro – árido e entediante – é, não obstante, fortemente recomendado para todos os interessados na mensuração do desenvolvimento sustentável. A abordagem técnica e pontuada por termos e notações econômicas e matemáticas, demanda, no entanto, conhecimentos razoáveis de macro e microeconomia *mainstream* e estatística, além de familiaridade com a própria discussão sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade das atividades humanas no planeta.